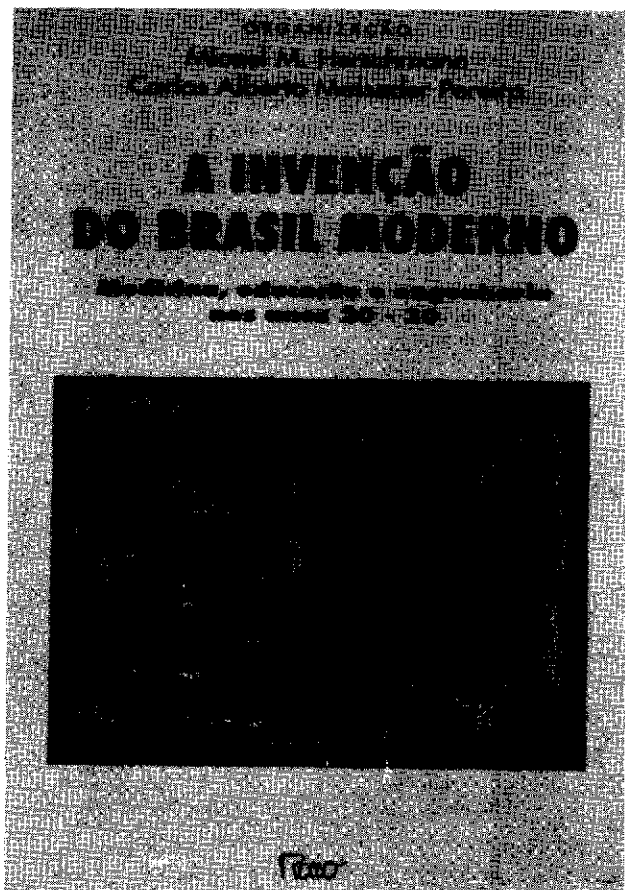


# RESENHAS

## **A INVENÇÃO DO BRASIL MODERNO: medicina, educação e engenharia nos anos 20/30.**

HERSCHMANN, M. & PEREIRA, C. M. (Orgs). Rio de Janeiro: Rocco, 1994.



Para tentar-se compreender a crise de nossa sociedade - ou o sentimento de crise, pelo esgotamento das certezas, referências e projetos que até há pouco balizavam nossa cultura - um bom caminho parece ser o estudo de seu processo de formação. Este é o intuito dessa coletânea de artigos sobre o Brasil moderno; rever a construção do modelo de modernidade, de seu projeto de desenvolvimento e de reforma da cultura nos anos 20 e 30. Décadas nas quais, juntamente com a consolidação do Estado nacional e com o desenvolvimento da indústria, um novo estilo de vida urbana, com novas preocupações, novos comportamentos e aspirações, se delineia com mais clareza.

Esse momento de redefinição cultural já se esboçava desde o final do século passado, quando, segundo os organizadores do livro, "se evidenciam ondas de institucionalização que visavam à implantação de um universo cognitivo modernizante que, em última instância, libertaria o Brasil de seus resquícios rurais-coloniais" (p.12).

Portanto, os ensaios desse livro procuram acompanhar os passos e auscultar as primeiras articulações disso que identificamos como sendo a modernidade no Brasil.

Essa identificação já é algo problemática. A recorrente ênfase no modernismo estético - semana de 22 e seus desdobramentos - costuma deixar de lado o caldo mais geral em que o debate sobre identidade nacional e cultural e a atuação das vanguardas modernistas se inseria. Remexer nesse caldo, retomá-lo a partir da explicitação de sua crise na contemporaneidade, esmiuçando criticamente seus componentes básicos e seus desdobramentos, é virtude inegável desse livro. Para além dos consagrados pilares da modernidade - a abolição, a democracia e a República - busca-se aqui, a partir da análise das práticas discursivas, revelar aspectos inusitados como a mudança de referenciais e seus modelos de representação.

No programa social de modernização estabelecido no Brasil na virada do século a principal referência teórica e base de sustentação ideológica é, como se sabe, a filosofia positivista de Augusto Comte. Esta fornecia os conceitos por meio dos quais se relacionavam o progresso, a ciência e a indústria, e que possibilitariam a integração do Brasil na humanidade desenvolvida. Essa influência positivista vinha se juntar a uma certa tradição naturalista que buscava retratar as peculiaridades naturais do País, vislumbrando nestas a afirmação e a força da identidade nacional. *A invenção do Brasil moderno* nos conduz à confluência dessas perspectivas em diferentes regiões da vida social. Temas tão díspares - como a visão da medicina legal sobre o homossexualismo, o papel da escola na formação do Brasil urbano ou as disputas teóricas e ideológicas nas instituições jurídicas e associações de engenheiros - encontram na formação do paradigma moderno um denominador comum, fazendo entrecruzarem-se, nos diferentes ensaios, as questões e as personagens eminentes da época. Embora nem todos os artigos revelem a mesma desenvoltura, eles dialogam entre si, contrapondo-se e complementando-se.

Como se pode ver ao longo do livro, o Estado republicano, aspirando a uma reorganização social que correspondesse a transformações sociais, econômicas e políticas ocorridas na Europa no último quartel do século XIX, procura impor uma racionalidade que tem como figura de proa o intelectual-cientista. Este passa a ser visto como principal responsável pela organização social, tornando-se, ao mesmo tempo, porta-voz e artífice da modernização.

Na reforma da cultura que se projetava, é assim a ciência dos engenheiros, dos médicos e dos educadores que se sobrepõe à "arte retórica" dos bacharéis, referência de até então. Os oito artigos que compõem o livro nos levam a acompanhar, nessas diferentes áreas do conhecimento, os meandros, as resistências e dificuldades na concretização dessa substituição global. A tarefa comum é vencer o atraso, reformar as mentalidades, incutir novos hábitos, disciplinar a sociedade, purificar (eugenia) e proteger o corpo social. Enfim, organizar para progredir.

Dentre os cientistas referidos, os primeiros a organizarem-se institucionalmente e a construir sua identidade profissional foram os médicos. O papel e a atuação destes na ordem política e social fica mais evidente quando se percebe a mudança de orientação teórico-filosófica da medicina no Brasil, a partir da segunda metade do século XIX. O positivismo permitia que esses especialistas se concebesssem como responsáveis pela orientação e desenvolvimento da nação, ajustando-se assim às demandas existentes de reordenação social. Questões anteriormente tratadas no âmbito moral, religioso ou criminal, como, por exemplo, certas práticas e preferências sexuais (homossexualismo, prostituição, libertinagem) são então deslocadas para o campo médico-político. Até mesmo por que a suposta degeneração da raça brasileira, pela miscigenação e transmissão hereditária das inclinações criminosas, passava a ser vista como uma das mais sérias epidemias que assolavam o País. O que solicitava políticas sociais profiláticas como o incremento do controle social das famílias e dos indivíduos e o desenvolvimento de estratégias de eugenia. Trata-se de uma intervenção social inédita e intensa, na qual a medicina vai-se tornando, cada vez mais, responsável pela orientação da vida privada. A institucionalização da vacina obrigatória é talvez o evento mais conhecido dessa medicalização da sociedade brasileira, mas está longe de ter sido algo isolado. Se antes o clínico era obrigado a obter o consentimento do doente ou da pessoa por ele responsável para realizar qualquer tratamento, vai-se afirmando, nessa época, a obrigação social da cura. Não podendo nem devendo mais prevalecer a vontade do doente, uma vez que sua saúde se tomava sobretudo um bem coletivo. A criação de especializações como criminologia, medicina legal, higiene e psicologia ajudavam a definir melhor os

inimigos do "corpo social", possibilitando o controle daqueles representantes dos excessos, desvios, vícios e perversões que os centros urbanos passavam a sentir como ameaçadores. Como se pode depreender de um dos interessantes artigos desse livro, em que se abordam as disputas teórico-ideológicas no âmbito do direito penal moderno, a patologização do crime implicava o declínio da doutrina clássica do livre-arbítrio e, conseqüentemente, uma transferência de parte das responsabilidades dos indivíduos para o Estado tutelar. Seja como for, todos esse empenho na higienização do social se apresentava como desvinculada de qualquer conotação moral, pois a suposta objetividade da ciência positivista garantia um conhecimento situado acima dos preconceitos dominantes no dia-a-dia da vida social.

Também os engenheiros se posicionaram como agentes legítimos e legitimadores do programa de modernização da Nação. Se a palavra de ordem era civilizar, marchar rumo ao progresso, fazia-se urgente a construção de fábricas e ferrovias, a modernização dos portos, e, especialmente, a remodelagem dos centros urbanos. Poucas coisas simbolizavam tão plenamente o progresso quanto as reformas sanitárias e arquitetônicas no espaço urbano. A destruição dos cortiços e a abertura de largas avenidas, além de dificultar a propagação de epidemias, assemelhava-nos às cidades européias, diminuindo nosso atraso cultural. Assim, no início do século XX, a tarefa do engenheiro se confundia com a do médico e com a do educador à medida que a reforma pretendida era fundamentalmente cultural, de saneamento de uma sociedade e construção de novos hábitos. Bom exemplo da dimensão pedagógica de um desses rituais do progresso é a série de exposições nacionais e internacionais que ocorre então. A externalização das reformas, a visibilidade da reorganização deveriam atingir os indivíduos e orientar seus comportamentos. Como se pode perceber nas justificativas e argumentações desses especialistas-cientistas transcritas no livro, há sempre uma intenção normatizadora nesses projetos.

Paralelamente, os educadores ressaltam na cena política-social um amplo programa de reformas do ensino indispensáveis à reconstrução da nação moderna. A projeção de um amplo sistema de ensino, os debates sobre a educação popular e a

instrução pública, a ênfase no saber tecno-científico, a criação de universidades, a institucionalização da profissão e de associação de educadores fizeram as décadas de 20 e 30 fundamentais na construção do campo pedagógico em nosso País. Entretanto, a análise mais detalhada da emblemática figura de Afrânio Peixoto realça aspectos menos lembrados da modernidade daquela "efervescência pedagógica". Estratos selecionados de discursos e escritos daquele destacado signatário do Manifesto dos Pioneiros e, posteriormente, primeiro reitor da Universidade do Distrito Federal, deixam transparecer o virtuosismo cientificista que se prestava tanto para fundamentar seus valores eugenistas quanto para justificar um taylorismo educacional ou mesmo a inclinação feminina da educação primária.

O grande interesse do livro está, a nosso ver, no desvelamento de pormenores que compõem a articulação mais ampla da formação de um determinado olhar. Na explicitação dos mecanismos sutis, e por vezes perversos, da construção de um imaginário. Pois, como um dos organizadores de *A invenção do Brasil moderno* escreve em seu artigo, "construímos um universo de categorias de percepção e análise, estabelecemos relações entre elas, delimitamos um campo de percepção, bem como um elenco possível de questões, e, ao final de todo este complicado processo de elaboração discursiva, não o reconhecemos como tal e acreditamos numa suposta anterioridade dos fatos." (p.98)

Ao evidenciar alguns contornos menos conhecidos da modernidade brasileira, trazendo à tona algumas de suas articulações, o livro não apenas faz uma releitura dos paradigmas e das utopias modernas, mas também abre boas perspectivas de análise de seus desdobramentos contemporâneos.

Prof. Bernardo Jefferson de Oliveira  
DECAE-FAE/UFMG